

# DESAFIOS NA EFETIVAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EDUCAÇÃO ESPECIAL: O TRABALHO COLABORATIVO EM FOCO

Denise Maria de Matos Pereira Lima  
Shirley Aparecida dos Santos  
Zélia Maria Alves  
Marisa Bispo Feitosa  
Nanci Furtado de Menezes

**Instituições:** Secretaria de Estado da Educação – SEED/PR.

**Eixo temático:** Políticas Educacionais para público alvo da Educação Especial

**Categoria:** Comunicação Oral

## RESUMO

Este estudo, por meio do relato de experiência, objetiva apresentar as estratégias da equipe de técnicos do Departamento de Educação Especial da Secretaria de Estado da Educação do Paraná (DEE/SEED/PR), quanto às orientações para a construção do trabalho colaborativo entre professores especialistas em Educação Especial que atuam no Atendimento Educacional Especializado (AEE) e professores das diferentes disciplinas. A criação de uma cultura colaborativa como estratégia pedagógica de acesso, permanência, qualidade e aprendizagem para os estudantes da Educação Especial fundamentou-se em um vasto aporte teórico, dentre os quais cita-se Brizolla (2009), Damiani (2008), Friend e Cook (2008), Gerber (2003), Peixoto e Carvalho (2007), Silva (2007), dentre outros. Utilizando-se da produção de materiais teóricos, Escolas Interativas, Web-conferências, a equipe de técnicos pedagógicos do DEE/SEED/PR, vem promovendo a formação dos profissionais que atuam nos 32 Núcleos Regionais de Educação, de cerca de 2.500 professores especialistas que atuam no AEE em aproximadamente 2.143 escolas, distribuídas em cerca de 399 municípios do Estado do Paraná, segundo o *Business Intelligence* da CELEPAR/PR. Conclui-se que esses profissionais especialistas são determinantes no apoio colaborativo aos professores do ensino comum para o sucesso do processo de ensino e aprendizagem dos estudantes da Educação Especial.

**Palavras-chave:** Políticas públicas; Educação especial; Trabalho colaborativo.

## 1 INTRODUÇÃO

O Departamento de Educação Especial – DEE – da Secretaria de Estado da Educação do Paraná - SEED/PR – busca a criação da cultura colaborativa como uma estratégia pedagógica para garantir o acesso, a permanência com participação e o aprendizado de estudantes da Educação Especial.

As pesquisas teóricas realizadas pela equipe de técnicos do DEE, associadas às experiências que vêm sendo desenvolvidas por algumas escolas da rede pública estadual de ensino do Paraná, têm demonstrado que há eficácia no compartilhamento de informações e responsabilidades quanto a escolarização de estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Estas trocas pedagógicas e de informações vão desde a organização de planos de Atendimento Educacional Especializado até a utilização de critérios e estratégias diferenciadas de avaliação que, além de minimizar os mitos e ideias equivocadas de alguns profissionais da educação com relação as capacidade e ao potencial de aprendizagem dos estudantes, reforçam a responsabilidade de toda a escola, quanto a sua escolarização.

Ao colocar em pauta a discussão sobre o trabalho colaborativo com a Educação Especial nas instituições de ensino comum é possível observar que os profissionais se mostram temerosos quanto a atuarem pedagogicamente com as especificidades apresentadas por estudantes nessa modalidade. A ausência ou o acesso restrito às informações e estudos durante a formação inicial dos docentes, geram temores e acabam promovendo comportamentos de rejeição ou resistência para com o trabalho pedagógico destinado aos estudantes da Educação Especial. Salienta-se que a informação e formação são necessárias para identificar e conhecer as especificidades ou as necessidades educacionais dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação e suas implicações no contexto da escola, implicando na organização da prática pedagógica.

Está evidenciado pelo senso comum que as políticas dos sistemas de ensino devem prever o enfrentamento das barreiras arquitetônicas e atitudinais

para a educação dos estudantes da Educação Especial promovendo e provendo, não só o acesso, como também a participação de todos os estudantes nas instituições de ensino comum, fundamentada na criação de ações pedagógicas centradas nos diferentes estilos de aprendizagem de cada estudante, valorizando a diversidade em todas as atividades, espaços e formas de convivência humana.

De acordo com as Diretrizes Curriculares da Educação Especial para a construção de currículos inclusivos (PARANÁ, 2006, p. 15)<sup>1</sup> é responsabilidade do Estado democrático:

[...] por meio da implementação de políticas públicas, enfrentar as desigualdades sociais e promover o reconhecimento político e a valorização dos traços e especificidades culturais que caracterizam a diferença das minorias sem visibilidade social, historicamente silenciadas. Concorrem para esse fato os textos legais e as políticas educacionais, materializadas em orientação político-pedagógicas das Secretarias de Educação.

No Estado do Paraná, atendendo ao pressuposto do Ministério da Educação é ofertado aos estudantes com Deficiência Intelectual (DI), Deficiência Física Neuromotora (DFN), Deficiência Visual e Baixa Visão (DV), Surdez, Surdocegueira, Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD), Altas Habilidades/ Superdotação (AH/SD), Transtornos Funcionais Específicos (TFE), o Atendimento Educacional Especializado, no turno e no contraturno, de forma complementar e suplementar, no contexto das instituições de ensino.

[...] como objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas. (BRASIL. MEC/SEESP, 2008b, p. 14).

A ação pedagógica no cotidiano escolar deve ser organizada a partir das peculiaridades do estudante, pois cada um é único em suas características, que dependem de uma série de fatores, considerando os aspectos do

---

<sup>1</sup> PARANÁ, DCEs. Diretrizes Curriculares da Educação Especial para a Construção de Currículos Inclusivos. **Secretaria de Estado da Educação–SEED, Curitiba**, 2006.

desenvolvimento biopsicossocial. Os professores especialistas da Educação Especial, juntamente com os professores das diferentes disciplinas, conhecendo as possibilidades e contexto sociocultural do estudante, considerando capacidades e potencialidades por meio de intervenções que promovam o desenvolvimento de suas habilidades cognitivas e adaptativas. É imprescindível a proposição de um plano de intervenção pedagógica individualizado para a escolarização do estudante da Educação Especial, aplicado na Sala de Recursos Multifuncionais, bem como, na sala de aula do ensino comum.

Este estudo não tem a pretensão de reafirmar o já conhecido discurso sobre igualdade e diferença, direito à educação, ou mesmo reforçar mitos tão exaustivamente discutidos no contexto escolar com relação às dificuldades de aprendizagem que não se restringem apenas à Educação Especial. Propomos uma reflexão sobre a Educação Especial como parte integrante das práticas escolares, envolvendo todos os profissionais comprometidos com a efetivação da aprendizagem dos estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, atuantes nas instituições de ensino.

Ao se referir ao termo colaboração remete-se a uma forma de trabalho em conjunto para resolver dificuldades reais, elaborar planejamentos, desenvolver mudanças, solucionar problemas, formando uma organização em que todos os componentes que compartilham as decisões tomadas e são responsáveis pela qualidade do que é produzido em conjunto, conforme as singularidades e necessidades específicas de aprendizagem do estudante.

Damiani (2008, p. 218) diz que “[...] pode-se pensar que o trabalho colaborativo entre professores apresenta potencial para enriquecer sua maneira de pensar, agir e resolver problemas, criando possibilidades de sucesso à difícil tarefa pedagógica”. A colaboração é também definida por Friend e Cook (1990) como um estilo de interação entre, no mínimo, dois parceiros equivalentes, engajados num processo conjunto de tomada de decisão, trabalhando em direção a um objetivo comum.

Ainda, segundo Peixoto e Carvalho (2007, p.197-198),

O processo colaborativo oferece ao participante a possibilidade de: participar de maneira ativa e constante das intervenções do grupo; desenvolver progressivamente sua autonomia e sua capacidade de interagir de maneira eficaz; desenvolver competências, tais como:

análise, síntese, resolução de problemas e avaliação. Por outro lado, ela exige do participante que ele: participe do grupo e persiga o objetivo comum; participe do grupo e persiga o objetivo comum; aceite funcionar num quadro de apoio mútuo entre pares; participe da sinergia do grupo para elaborar tarefas complexas por meio da discussão. Contudo, convém destacar que o grupo não é o único motor do trabalho colaborativo. Ele se oferece como um meio de aprendizagem, como fonte de estímulo e de apoio, mas sua esfera de ação não suplanta a do indivíduo. O participante se localiza no centro do processo e seu engajamento com a colaboração repousa sobre o interesse intrínseco de co-participar com o grupo para ajudar no cumprimento da tarefa. Enfim, o trabalho colaborativo não é uma teoria, mas uma abordagem que visa à sistematização progressiva de conhecimentos.

Para isso, é preciso reconhecer no ambiente escolar a importância de (re)criar a cultura de colaboração, já que esta possibilita que cada professor, com sua experiência, auxilie na tomada de decisões colaborativas nas situações conflitantes de aprendizagem que envolvam os estudantes no cotidiano escolar.

## **2 OBJETIVO DO ESTUDO**

Compreendendo que é fundamental que os professores da Educação Especial e professores das diferentes disciplinas devem atuar em conjunto para efetivação da escolarização do estudante com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, o objetivo deste estudo é investigar como vem se constituindo essa cultura colaborativa como estratégia pedagógica de acesso, permanência com participação e aprendizagem de conteúdos acadêmicos para os estudantes da Educação Especial matriculados na rede pública estadual de ensino do Paraná.

## **3 METODOLOGIA**

Este estudo consiste em relato de experiência vivenciado por técnicos pedagógicos do Departamento de Educação Especial da SEED/PR, para socializar as atividades desenvolvidas, com vistas à inclusão dos estudantes que integram o Atendimento Educacional Especializado – AEE - da rede pública estadual de ensino do Paraná, nos anos de 2015 e 2016.

No que se refere à sistematização desse processo, os autores deste estudo, focaram nas orientações elaboradas sobre a importância do trabalho colaborativo, seus objetivos e implementação. Os técnicos que atuam nos 32 (trinta e dois) Núcleos Regionais de Educação, aos quais compete divulgar e zelar pelo cumprimento da legislação, regulamentos, normas, diretrizes relativos à educação e serviços administrativos, bem como representar oficialmente a SEED/PR, nas 2.143 (duas mil, cento e quarenta e três) instituições de ensino da rede pública estadual de ensino, distribuídas nos 399 (trezentos e noventa e nove) municípios que compõe o Estado do Paraná.

Todos os documentos elaborados pelo Departamento de Educação Especial e técnicos que atuam nos Núcleos Regionais de Educação, para implementação do trabalho colaborativo, têm como objetivo principal oferecer subsídios aos professores das disciplinas que atuam com estudantes do sexto ano do ensino fundamental ao terceiro ano do ensino médio, que apresentam deficiência intelectual, física neuromotora, deficiência visual, surdez, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, com o propósito de desenvolver estratégias que visam a superação das dificuldades de aprendizagem detectadas na escolarização.

Para isso, foram utilizados recursos tecnológicos e realizadas Escolas Interativas, Web Conferências, produção de textos para subsidiar os estudos da Semana Pedagógica e da Formação em Ação dos professores da rede pública estadual de ensino, bem como o trabalho articulado da equipe de Educação Especial dos Núcleos Regionais de Ensino junto às escolas na realização de visitas técnicas, reuniões e grupos de estudo.

Com estas ações, vislumbra-se a construção de uma relação de corresponsabilização das ações em prol da definição dos papéis estabelecidos pela Educação Especial na complementação e suplementação da escolarização desses estudantes.

#### **4 RESULTADOS**

A inclusão de estudantes da Educação Especial é um grande desafio diante da constante alegação dos professores do ensino comum, com relação ao desconhecimento e despreparo pedagógico para atender as necessidades

específicas deste alunado. Brizolla (2009) diz que é preciso estabelecer um trabalho de cooperação pois, se de um lado a Educação Especial dispõe de serviços e recursos especializados para o atendimento das especificidades dos estudantes, por outro lado, o ensino comum responsabiliza-se pela escolarização destes estudantes.

Diante da eminente necessidade de cooperação entre as diversas instâncias e de se estabelecer uma parceria entre os envolvidos com a aprendizagem de todos os estudantes da escola, a criação de ações conjuntas precisa ser compreendida como essencial para a escolarização de crianças e jovens com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Compreendendo que na colaboração os membros de um grupo se apoiam visando atingir objetivos comuns, estabelecendo relações que tendem a não hierarquização, a confiança mútua e co-responsabilização pela condução das ações, a primeira ação do DEE/SEED/PR foi produzir materiais teóricos para orientar as escolas sobre a importância do trabalho colaborativo.

Os textos produzidos foram disponibilizados à todas as escolas da rede pública de ensino, por meio do site oficial da SEED/PR<sup>2</sup>, para realização da Formação em Ação que é um evento descentralizado e promovido pela Superintendência da Educação (SUED), que ocorre em todas as escolas do Paraná com a finalidade de promover a formação continuada dos profissionais da educação, por meio de oficinas que abordam conteúdos curriculares e específicos das diversas regiões do Estado. De um modo geral, esta formação é ofertada em dois momentos do ano letivo, disponibilizando 8(oito) horas de estudo em cada uma das etapas, totalizando uma carga horária total de 16(dezesseis) horas.

A equipe do DEE produziu, fundamentada em autores como Brizolla (2009), Damiani (2008), Friend e Cook (2008), Gerber (2003), Peixoto e Carvalho (2007), Silva (2007), dentre outros, os materiais teóricos para subsidiar estudos sobre “Fortalecimento do trabalho colaborativo entre o professor especialista (AEE) e os professores das disciplinas”.

---

<sup>2</sup>[http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/formacao\\_acao/1semestre\\_2015/roteiro\\_deein\\_fortalecimento\\_trabalho\\_colaborativo.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/formacao_acao/1semestre_2015/roteiro_deein_fortalecimento_trabalho_colaborativo.pdf)

O acesso aos materiais teóricos oportunizaram a divulgação da temática e as possibilidades de estruturação do trabalho colaborativo nas escolas, uma vez que deu-se ênfase na relação equivalente entre os participantes, todas as contribuições devem ser igualmente valorizadas, existência de objetivos comuns, compartilhamento de responsabilidades, promoção de apoio mútuo, interdependência positiva.

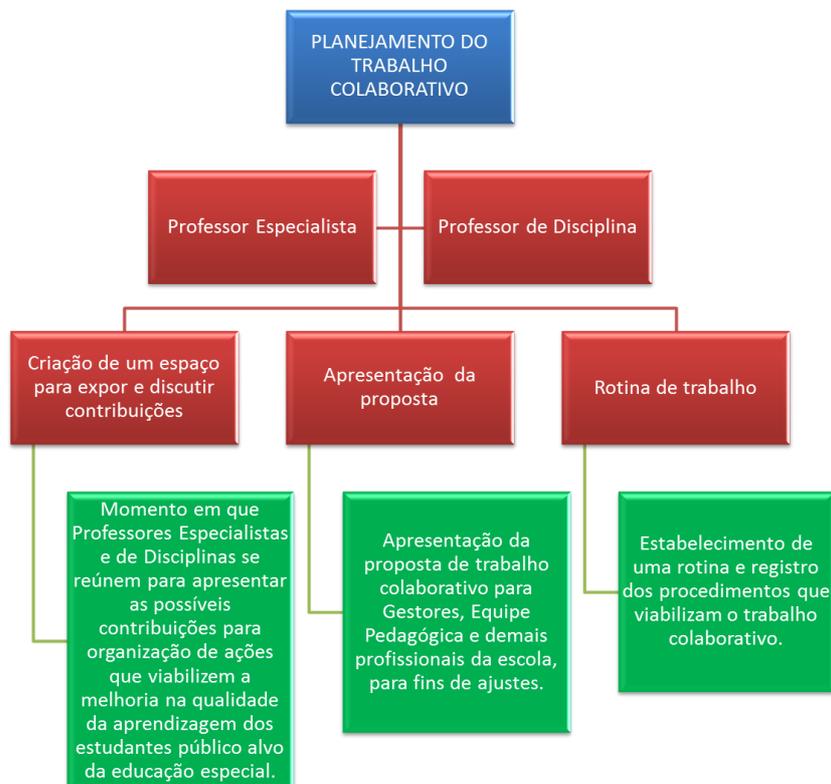
Para promoção do trabalho colaborativo nas escolas, utilizou-se a Escola Interativa, realizada pela equipe de técnicos pedagógicos do DEE, sobre a temática. A Escola Interativa é uma ferramenta que transmite palestras online para professores da rede pública estadual de ensino, por vídeo chat. O conteúdo é gratuito e aberto a todos os interessados, objetivando oferecer mais uma modalidade de formação continuada aos profissionais da educação. Além das palestras, a referida ferramenta proporciona a interatividade entre os participantes que podem conversar sobre o que está sendo exposto, utilizando o chat. Cada palestra tem duração entre 40 e 50min e há disponibilidade de um profissional com a função de “moderador” no chat para responder, em tempo real, as questões do público que está interagindo com o palestrante.

Outro recurso utilizado foi a web conferência para realização de reuniões virtuais com os técnicos da Educação Especial que atuam nos 32 Núcleos de Educação, que estão localizados nas diferentes regiões do Estado do Paraná, para orientá-los sobre os materiais produzidos pelo Departamento de Educação Especial e que deveriam ser trabalhados pelas escolas, durante a Formação em Ação. A web conferência é uma ferramenta disponibilizada pela Diretoria de Políticas e Tecnologias Educacionais (DPTE), da SEED/PR, para realização de reuniões virtuais para orientar e assessorar técnicos-pedagógicos, com o objetivo de acessar locais mais distantes da sede da Secretaria de Educação do Estado, localizada na Capital – Curitiba. A comunicação é feita por áudio e vídeo, em tempo real e com a possibilidade de uso de textos e arquivos. Durante as transmissões é possível interagir por meio de chat, quando esta for transmitida ao vivo. Outrossim, as transmissões são gravadas e podem ser acessadas a qualquer momento.

Durante a proposição das estratégias para organização do trabalho colaborativo nas escolas apresentado por meio do aporte teórico, Escola Interativa e Webconferência, o DEE criou e apresentou um organograma com as

sugestões aos gestores sobre os requisitos para elaborar um planejamento e voltado para a implementação da proposta do trabalho colaborativo na escola:

Figura 1: Planejamento do trabalho Colaborativo

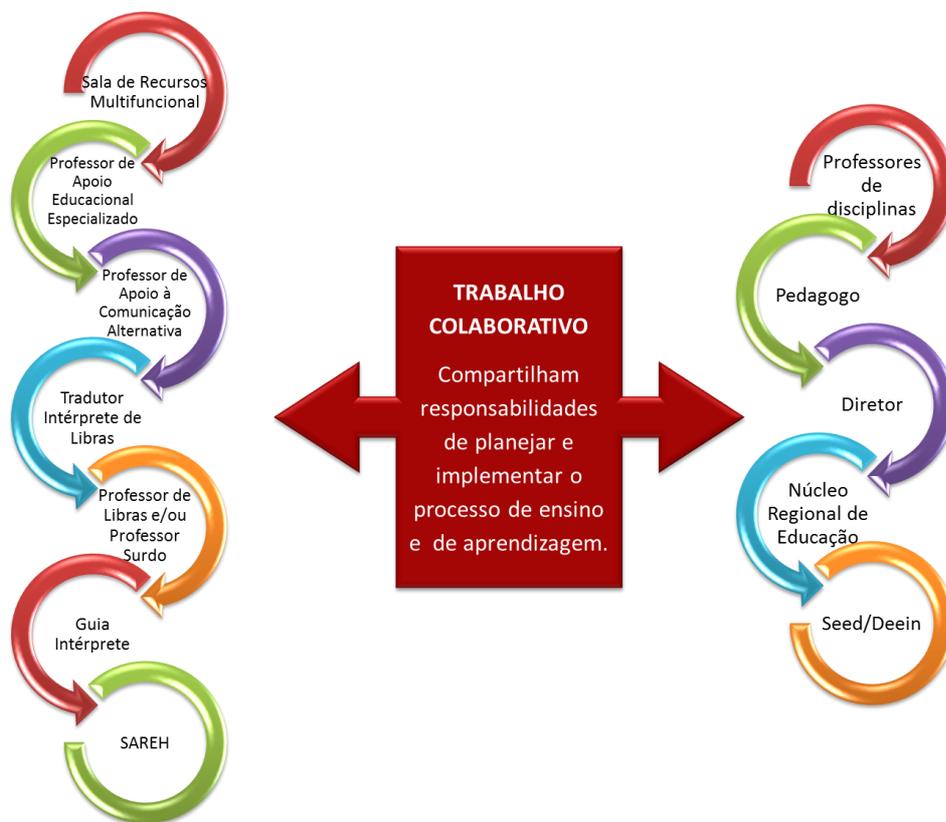


Fonte: Página da Secretaria de Estado da Educação do Paraná <sup>3</sup>

Outro dado importante a ser enfatizado nas formações para promoção do trabalho colaborativo foi quando a integração das diversas instâncias responsáveis por estabelecer a educação no Estado e as instâncias internas que compõem a organização escolar. Para isso, criou-se uma figura que permitiu visualizar todos os envolvidos na produção e efetivação do trabalho colaborativo:

Figura 2 – Esquema dos componentes do trabalho colaborativo.

<sup>3</sup>[http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/formacao\\_acao/1semestre\\_2015/roteiro\\_deein\\_fortalecimento\\_trabalho\\_colaborativo.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/formacao_acao/1semestre_2015/roteiro_deein_fortalecimento_trabalho_colaborativo.pdf)



Fonte: Página da Secretaria de Estado da Educação do Paraná<sup>4</sup>

As Figuras 1 e 2 apresentam, em síntese, parte do trabalho realizado pela equipe do DEE para estimular, divulgar e promover a criação da cultura do trabalho colaborativo. A partir das ações iniciais descritas neste documento, o departamento tem investido esforços para que, em todas as orientações prestadas aos Núcleos Regionais de Educação, Gestores, Pedagogos, Professores que atuam no AEE, bem como, Professores do ensino comum e demais envolvidos com o processo de escolarização dos estudantes da Educação Especial, voltem-se para o desenvolvimento do trabalho colaborativo nas escolas. A ênfase no trabalho colaborativo inclui a produção de instruções normativas, resoluções, editais, documentos orientadores e todos os demais que subsidiam as políticas de atendimento voltadas para Educação Especial.

<sup>4</sup>[http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/formacao\\_acao/1semestre\\_2015/roteiro\\_deein\\_fortalecimento\\_trabalho\\_colaborativo.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/formacao_acao/1semestre_2015/roteiro_deein_fortalecimento_trabalho_colaborativo.pdf)

## 5 CONCLUSÃO

Acreditando na eficácia do processo de inclusão e, considerando a necessidade de mudanças significativas na organização das escolas, nos planejamentos e nas intervenções pedagógicas para atender as demandas dos estudantes que frequentam o ensino comum e apresentam deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, acreditamos que o trabalho colaborativo poderá gerar inúmeras respostas para que a escolarização deste alunado se dê com maior qualidade e sucesso.

Estudos recentes realizados pela equipe do Departamento de Educação Especial da SEED/PR demonstram que o trabalho colaborativo é uma estratégia com resultados satisfatórios para avanços na consolidação de uma proposta de educação inclusiva porque oportuniza mudanças na ação docente dos professores das diferentes disciplinas.

A busca por relações interativas entre os docentes, a definição dos papéis, o conhecimento das necessidades dos estudantes, o envolvimento com sujeição aos novos desafios e à aprendizagem constante, o planejamento em conjunto de diferentes propostas pedagógicas, o compromisso com a aprendizagem, a criação de novas estratégias para o acesso ao currículo, o enriquecimento curricular, as estratégias de avaliação reconhecendo as diferentes situações de aprendizagem, são algumas das inúmeras possibilidades que o trabalho colaborativo vislumbra e que volta-se para a qualidade da escolarização do estudante da Educação Especial.

Entendemos que não há mais espaço para o trabalho à portas fechadas e o isolamento do professor da Educação Especial no contexto da educação comum. A Educação Especial é parte integrante da Educação Básica e precisa interagir constantemente em toda dinâmica da escola. A responsabilidade do ensino e aprendizagem do estudante da Educação Especial é de toda a escola.

Desse modo, a Secretaria de Estado da Educação do Paraná, por meio do Departamento de Educação Especial, acredita que o fortalecimento do trabalho colaborativo é uma estratégia promissora que deve compor a organização do trabalho pedagógico de todas as escolas, em prol da escolarização dos estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 2008.

BRIZOLLA, F. Para além da formação inicial ou continuada, a form(a)ção permanente: o trabalho docente cooperativo como oportunidade para a formação docente dos professores que atuam com alunos com necessidades educacionais especiais. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL: FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM FOCO, 5., 2009, São Paulo, **Anais...**São Paulo: [s.n.], 2009.

DAMIANI, M.F. Entendendo o trabalho colaborativo em educação e revelando seus benefícios. **Revista Educar**, Curitiba, n. 31, p. 213-230, 2008.

FRIEND, M.; COOK, L. (1990). Collaboration as a predictor for success in school reform. **Journal of Educational and Psychological Consultation**, n. 1, p.69-86, 1990.

GERBER, P.J.; POPP, P.A. Consumer perspectives on the collaborative teaching model: views of students with and without LD and their parentes. **Remedial and special education**, n. 20. p. 288-296, 1999.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes curriculares da educação especial para a construção de currículos inclusivos**. Curitiba: SEED, 2006.

PEIXOTO, J. CARVALHO, R. M. Os desafios de um trabalho colaborativo. **Revista Educativa**, Goiânia, v.10, n. 2, p. 191-210, julho/dez. 2007.

SILVA, A. M. **Buscando componentes da parceria colaborativa na escola entre família de crianças com deficiência e profissionais**. 2007. 130f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2007.